

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA,
DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS

Processo nº. 1058832

CONSANE E DANIELA DE FÁTIMA PEDROSO, ambos já devidamente qualificados nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio da advogada signatária (procuração em anexo), em resposta à intimação, expor e requerer o que segue:

I- Dos fatos.

- 1- Trata-se de Denúncia apresentada pela empresa LOCDRIVE LTDA em 12/02/2019.
- 2- Em um primeiro ponto, a Denunciante sustenta que o Edital é insuficiente na formulação das exigências de qualificação técnica, o que violaria o art. 30, II, da Lei 8.666/93 e o princípio da seleção da proposta mais vantajosa.
- 3- Depois de expor considerações jurídicas, remetendo a julgados do TCU e a lições doutrinárias, a Denunciante menciona que a retificação realizada nos itens 12.5.2, 12.5.3 e 12.5.4 reduziu as exigências técnicas, o que supostamente seria ilegal.
- 4- Em seguida, a Denunciante alegou inexistir projeto básico, o que estaria em desconformidade com o disposto nos arts. 7º, I, e 40, §2º, ambos da Lei 8.666/93.
- 5- Por fim, em um terceiro tópico, a Denunciante sustentou a ilegalidade do item 5.2.4.1 do Edital, vez que seria exigido a instalação do transbordo previamente à obtenção de licença ambiental. Argui ainda que tal exigência também teria sido feita em relação ao aterro sanitário.

6- Ao final, requereu a suspensão do certame que ocorreria em 14/02/2019, entretanto, não houve nenhuma determinação do TCE neste sentido, sendo tal pedido apreciado apenas após a emissão do Relatório Técnico, consoante destacado a seguir.

7- Às ff. 1.034 (Processo Digitalizado Parte 5), o CONSANE apresentou esclarecimentos sobre todos os pontos aventados na denúncia e ainda juntou toda a documentação pertinente.

8- Posteriormente, **sem que tenha sido nem sequer mencionada a petição apresentada pelo CONSANE**, foi realizada análise técnica pela 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (ff. 1095/1099-v), que concluiu o seguinte:

a) pela improcedência da Denúncia quanto à alegação de irregularidade na retificação das exigência de qualificação técnica do Edital, entendendo que a exigência de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares àqueles de maior relevância e valor significativo é uma prerrogativa da Administração, desde que seja feita em quantitativos razoáveis e que não venham a restringir a participação de potenciais licitantes;

b) pela procedência da Denúncia quanto à alegação de insuficiência dos elementos necessários ao Projeto Básico, asseverando que o Anexo I do Edital, apesar de prever a população dos municípios envolvidos e o volume dos resíduos estimados, deixou dúvidas quanto ao local para a localização da estação de transbordo, e sobre a definição dos locais prováveis de aterros sanitários, de forma que a insuficiência das informações técnicas poderia comprometer a igualdade de condições entre os licitantes e onerar o valor das propostas apresentadas;

c) pelo possível sobrepreço nos serviços de transbordo, transporte e disposição final dos resíduos sólidos urbanos em função da insuficiência de elementos no projeto básico.

9- Apresentado o Relatório Técnico, o Ilustre Relator não acatou o pedido de suspensão pleiteado, tendo em vista que em razão do lapso temporal, entre a denúncia e o relatório técnico, o processo licitatório já havia finalizado com a consequente assinatura do contrato administrativo 01/2019, e remeteu os autos ao Ministério Público para emissão de Parecer Preliminar.

10- Em 18/05/2019, o Ministério Público emitiu seu parecer preliminar, requerendo, apenas, neste momento, a citação do Presidente do CONSANE, Sr. José Cherem, e da

subscritora do Edital, Sra. Daniela de Fátima Pedroso, a fim de que se manifestem sobre os apontamentos da Denunciante e do Setor Técnico, em especial sobre a tese de insuficiência de elementos essenciais no Projeto Básico do certame e sobre o possível sobrepreço nos serviços.

11- Ante o exposto, a presente manifestação enfrentará, portanto, as conclusões ‘b’ e ‘c’ do parecer técnico, datado de 08/04/2019.

II- Da ausência de irregularidade do Projeto Básico. Fornecimento de informações suficientes. Apresentação de proposta por 4 empresas. Regularidade do certame.

12- Ao acolher a alegação da Denúncia, o Parecer Técnico entendeu que as informações constantes no Projeto Básico (Anexo I do Edital) seriam insuficientes.

a) Da adequação do projeto básico e do Edital.

13- Conforme explicitado em manifestação anterior, o projeto básico consta do Anexo I, contendo todas as especificações técnicas e exigências legais previstas no art. 6º, IX, da Lei 8.666/93.

14- Vale ressaltar ainda que se aplica no presente acaso o disposto na Lei 10.520/02, que prescreve que:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte: (...)

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

15- Assim, em termos jurídicos, as exigências legais da fase interna foram satisfeitas.

16- Ao responder a Impugnação da Denunciante, o CONSANE constou que:

No Projeto Básico, é demonstrado o número de municípios, sua população urbana e rural, estimativa de produção de lixo de cada um dos respectivos municípios, categorizando assim uma estimativa com fundamentação técnica da produção mensal do RSU por mês, bem como toda a descrição de Transbordo, do Transporte e da Destinação Final dos RSU.

Não há o que se alegar dos serviços a serem contratados estão desprovidos de especificações técnicas uma vez que cada aspecto do objeto foi amplamente demonstrado em cada um dos itens do **PROJETO BÁSICO (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS)**", anexo I do Edital do Pregão Presencial 01/2019, dá página 49 a 66, inclusive todas as questões técnicas de funcionamento de transbordo transporte e destinação final de RSU em aterro sanitário licenciado, deixando as empresas com livre possibilidade de escolha da logística(desde que cumprindo as determinações contidas no Projeto Básico do edital), possibilitando a maior participação de empresas e interessados ao certame proposto.

Por fim, a acreditamos que devido a atividade econômica da empresa LOCDRIVE LTDA, conforme seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ: 03.991.828/0001-47: "CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor", onde não há descrito atividades econômicas secundárias, possa não estar familiarizada com o objeto do certame, levando a mesma a ter interpretações técnicas erradas do Edital do Pregão Presencial 01/2019

17- Percebe-se que, ao não indicar local obrigatório para a estação de transbordo e para o aterro sanitário, o Projeto Básico visava, na verdade, **estimular a competitividade entre as empresas interessadas**, pois elas tinham liberdade logística para selecionar as melhores opções disponíveis. Se houvesse previsão de local para o transbordo e para o aterro sanitário haveria restrição da competitividade, pois os interessados estariam limitados aos locais indicados.

18- Ressalte-se nesse ponto, que apesar de não estar indicado no edital, um local para instalação da estação de transbordo, o mesmo estabelece parâmetros técnicos suficientes para que as empresas licitantes promovam sua escolha técnica e comercial e ainda prevê que tal escolha não poderá ser custeada pelo CONSANE, veja:

5.2.4.2 A literatura recomenda que em distâncias do centro urbano até a disposição final superiores a 25 km é comum encontrar estações de transbordo, a fim de diminuir o percurso realizado pelos caminhões coletores até o ponto de destinação de resíduos sólidos. Pode-se, dessa forma, diminuir custos e manter a rotina de coleta dos municípios. Portanto, indica-se que a distância máxima de localização da estação de transbordo até o centro urbano do maior gerador de resíduos sólidos não deve ultrapassar 15 km, visando à logística eficiente. O raio de instalação da estação definido não acarreta quaisquer custos diretos para o CONSANE.

19- No mesmo sentido, vale destacar os seguintes itens do Edital que estabelecem parâmetros técnicos suficientes para a elaboração das propostas pelas empresas interessadas:

5.2.5.2 O trajeto entre a estação de transbordo e o local de disposição final (Aterro Sanitário) deverá corresponder ao menor percurso possível, pelas vias em condições de melhor trafegabilidade, compatíveis com a intensidade de tráfego necessário.

5.2.5.3 A licitante vencedora deverá propor trajeto de transporte de resíduos, mediante avaliação e aprovação da fiscalização do CONSANE. A aprovação da fiscalização do CONSANE para um novo trajeto não substituirá o compromisso da licitante vencedora com o trajeto pré-definido. Ressalta-se que a elaboração da logística para transporte será de inteira responsabilidade da licitante vencedora, com aprovação do CONSANE através da apresentação do Plano de Logística, a ser apresentado após a contratação, conforme item 1.2 do Edital.

20- Em relação à localização do aterro sanitário, os parâmetros técnicos também são bastante claros:

5.2.6.2. Poderá ser escolhido pela licitante vencedora, qualquer aterro sanitário Classe II-A, devidamente licenciado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), por meio de suas unidades administrativas: Superintendências Regionais de Meio Ambiente (SUPRAMS). É permitido dispor os resíduos em aterro sanitário pertencente a terceiros, no entanto, a responsabilidade integral dos serviços, perante o CONSANE, recai sobre a licitante vencedora.

21- Portanto, com o devido respeito, **há informações técnicas bastante claras para elaboração das propostas.**

b) Da garantia da competitividade.

22- No presente caso, a competitividade foi garantida, já que, conforme ata de ff. 976-978 (Processo digitalizado – Parte 5), 5 (cinco) empresas compareceram ao certame, sendo que 4 (quatro) delas foram habilitadas e apresentaram propostas.

23- Ressalte-se que nenhuma das empresas habilitadas impugnou o Edital quanto às informações constantes no Projeto Básico, o que demonstra que as informações fornecidas no Edital foram mais do que suficientes para formulação de propostas e garantiram maior liberdade às empresas, de modo que a competitividade foi estimulada.

24- Destaque-se ainda histórico comparativo apresentado pelo CONSANE em sua última manifestação (ff. 1067 – Processo digitalizado – Parte 5), que demonstra que **o Consórcio vem sendo muito bem sucedido em seus processos licitatórios, estimulando a competitividade e também obtendo melhores preços** (princípio da vantajosidade). Neste ponto pedimos vênica para apresentar quadro comparativo:

Nº Processo Licitatório	Preço final por tonelada (para pagamento até o dia 20 do mês subsequente)	Preço final por tonelada (para pagamento após o dia 20 do mês subsequente)
02/2017	R\$ 200,80	R\$ 190,75
01/2018 pregão 01/2019	R\$ 158,00	R\$ 150,10
Diferença	R\$ 42,80 Economia de 21,31% no preço por tonelada	

25- Cabe mencionar ainda que no processo 1013095 também sob Relatoria deste Conselheiro, a Unidade Técnica deste TCE-MG entendeu pela adequação do projeto básico apresentado pelo CONSANE em outro procedimento licitatório, o qual era ainda menos detalhado do que o do presente certame (ff. 1077-1082 – Processo digitalizado – Parte 5):

ANÁLISE

Após a análise das alegações apresentadas pelo Consórcio Regional de Saneamento Básico – CONSANE, esta Unidade Técnica entende que:

- a) Foi demonstrado pelo defendente, tabela de fl. 953, que o parcelamento seria mais oneroso para os Municípios, ficando comprovado economicamente a inviabilidade do parcelamento do objeto.
- b) As argumentações e novas explicações apresentadas, demonstram que se pode considerar a suficiência do projeto básico, por acrescentar qualificações antes não explicitadas.

26- Isto é, se naquela oportunidade não foi constatada irregularidade no projeto básico, não há o que se falar em ausência ou insuficiência do projeto do presente certame, tendo em vista que a experiência obtida com o processo anterior nº 1013095 dp TCE/MG, foi utilizada para a construção de um projeto mais elaborado e completo, anexo do Edital 01/2019.

27- Destarte, tanto foi suficiente que 5 empresas, inclusive a Denunciante, compareceram ao certame, com suas respectivas propostas, conforme consta em Ata de ff. 976-978 (Processo digitalizado – Parte 5).

c) Da comparação com outro Edital semelhante.

28- Por fim, **registre-se que o Município de Bicas mencionado no Parecer Técnico como exemplo a ser seguido também não indicou em seu Projeto Básico locais obrigatórios para a estação de transbordo e para o aterro sanitário**, conforme trecho do Projeto Básico do Pregão Presencial nº 032/2018 daquele Município:

1.1 – Compreendem as atividades de coleta de lixo urbano 5 (cinco) vezes por semana, transbordo dos resíduos sólidos domiciliares urbanos, originários de atividades domésticas em residências urbanas e públicas, também com características domiciliares, provenientes da área urbana do Município de Bicas/MG, aquelas que serão efetuadas, ou seja, a retirada e o transporte do lixo urbano pela empresa Contratada que deverá ser entregue na unidade de transbordo indicada em sua proposta; transporte em caminhões apropriados e operadores treinados para Aterro Sanitário, também indicados em sua proposta para o tratamento e disposição final de resíduos sólidos de acordo com as normas técnicas aplicáveis e legislação pertinente e, completando a operação, controle tecnológico e manutenção do CTR em conformidade com a licença ambiental – (estimativa de até 285 toneladas por mês), tudo de acordo com a Lei Federal nº 11.445/2007.

d) Conclusão.

29- Com o devido respeito, a conclusão do Parecer Técnico é totalmente incompreensível e carece de fundamento técnico. Parece ser mais do que evidente que a opção adotada pelo CONSANE é a melhor para garantir a competitividade.

30- Portanto, não há qualquer irregularidade no projeto básico apresentado, que apresentou todas as informações e considerações pertinentes e necessárias para que as empresas formulassem suas propostas comerciais e executivas.

III- Da inexistência de sobrepreço. Parecer fundamentado em premissa fática equivocada. Do sucesso do processo licitatório. Garantia dos princípios da competitividade e da economicidade.

31- Ao apontar presença de sobrepreço, o Parecer Técnico partiu da premissa de que o valor da tonelada pago pelo CONSANE foi de R\$ 212,88. Com o devido **respeito**, aí reside o grave equívoco que levou à conclusão errada do Parecer Técnico.

a) Do real valor do contrato do CONSANE.

32- Conforme ata de ff. 976-978 (Processo digitalizado – Parte 5), o preço final da tonelada foi de R\$ 158,00, sendo que o contrato **u** passou a prever desconto de 5% para pagamento até o vigésimo mês subsequente à prestação dos serviços, de forma que o preço aproxima-se de R\$ 150,00 por tonelada:

presente certame. Em seguida, foi realizada a etapa de negociação com a empresa Central de Tratamento de Resíduos MG S/A, em que a empresa propôs reduzir o preço da tonelada para R\$ 158,00 e também a empresa se compromete que conste em cláusula do futuro contrato, desconto de 5% do valor da tonelada para pagamento até o 20º dia do mês subsequente ao mês dos serviços ofertados. Finalizadas a negociação, a empresa foi declarada vencedora do certame. Foi aberta a negociação para licitação.

33- Além disso, em outubro de 2019, foi realizado o 1º Termo Aditivo ao Contrato, abaixando ainda mais o valor da tonelada. **O valor regular passou a ser de R\$ 150,47, e foi mantido o desconto:**

“8.2 – Fica estabelecido que em caso de pagamento realizado dentro de 20 (vinte) dias contados do termo final do mês em que se prestarem os serviços, será franqueado ao município, de uma forma individual, desconto de 5% (cinco por cento) no valor unitário da tonelada de resíduos e da administração local dos serviços, restando devido o valor de R\$ 142,95 (cento e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos) por tonelada de resíduo sólido urbano.

34- Posteriormente, ao assinar o 2º Termo Aditivo, o CONSANE deixou de conceder reajuste pleiteado pela empresa prestadora de serviço.

35- **Tais fatos demonstram de forma cabal o extremo zelo do Consórcio com o erário público e a total ausência de sobrepreço.** Neste ponto, importante demonstrar a economia dos municípios consorciados, fazendo-se uma breve comparação entre o valor do contrato oriundo do Edital 02/2017 com o do Edital 01/2019 (vigente):

Serviços de transbordo, transporte e destinação final em toneladas de RSU				
Município Consorciado	Mês de referência Dezembro/2019 Toneladas	Valor de acordo com contrato oriundo do Edital 02/2017 ¹	Valor de acordo com contrato oriundo do Edital 01/2019 ²	Valor Economizado
Cana Verde	60,42	R\$ 12.132,34	R\$ 9.091,40	R\$ 3.040,94
Ijaci	97,24	R\$ 19.525,79	R\$ 14.631,70	R\$ 4.894,09
Ingai	20,52	R\$ 4.120,42	R\$ 3.087,64	R\$ 1.032,77
Lavras	2110,17	R\$ 423.722,14	R\$ 317.517,28	R\$ 106.204,86
Ribeirão Vermelho	64,04	R\$ 12.859,23	R\$ 9.636,10	R\$ 3.223,13

b) Da comparação com o Município de Bicas.

36- Quanto ao parâmetro adotado no Parecer Técnico referente ao Município de Bicas, é impossível até mesmo o exercício da defesa, pois o parecerista nem sequer menciona qual o número do contrato do referido Município. Porém, ainda assim, a partir do real preço pago pelo CONSANE, percebe-se que a diferença com o ‘parâmetro’ adotado pelo Parecer Técnico é mínima, e pode estar relacionada a diversos fatores (por exemplo, se o contrato do Município de Bicas foi assinado em ano diverso ao do CONSANE).

37- Em esforço hercúleo, foi possível encontrar o Pregão Presencial nº 032/2018 do Município de Bicas, cujo valor da tonelada é, na verdade no importe de R\$ 240,35, e

¹ R\$ 200,80 (duzentos reais e oitenta centavos)

² R\$ 150,47 (cento e cinquenta reais e quarenta e sete centavos)

não no importe de R\$ 144,33 como mencionado no Relatório Técnico³, portanto, bem superior ao preço do Edital do CONSANE (contrato em anexo).

c) Conclusão.

38- Por fim, cabe mencionar que o certame em questão pode ser considerado um verdadeiro sucesso. Houve a garantia de todos os princípios e normas que regem o procedimento licitatório.

39- Primeiro, na fase interna, a licitação em questão respeitou todas as regras aplicáveis, adotando os melhores mecanismos existentes para a formulação de um Edital transparente e detalhado, permitindo a participação de várias empresas, inclusive com a formação de consórcios ou a subcontratação.

40- A fase interna adequada permitiu, como bem detalha o Histórico em anexo, a participação de 5 (cinco) empresas, o que comprova que **não houve violação ao princípio da competitividade e da isonomia do processo licitatório**. Todas as grandes empresas que prestam o serviço objeto do Edital participaram do certame.

41- Por fim, vale destacar também a **drástica redução do preço do objeto contratado, o que demonstra que foi respeitado ainda o princípio da oferta mais vantajosa para a administração pública.**

42- Na última contratação feita, o melhor preço girava em torno de R\$ 200,00 por tonelada. Com esse novo contrato, a tonelada sairá por cerca de R\$ 150,00. Em menos de dois anos, foi possível obter uma redução de cerca de 20% no valor pago pela administração pública!

43- Portanto, as alegações do Parecer Técnico são terminantemente afastadas com a constatação de que o processo licitatório em questão conseguiu garantir a competitividade para encontrar a oferta mais vantajosa técnica e economicamente para a administração pública.

³ Não se sabe como o parecerista obteve o valor mencionado em seu Parecer.

IV-Dos pedidos.

44- Diante de todo o exposto, requer que o processo seja novamente remetido ao Setor Técnico para análise das explicações ora apresentadas, para que ao final a denúncia seja julgada totalmente improcedente.

45- Na oportunidade, solicitamos que **seja designado dia e horário específico para realização de uma reunião com o Setor Técnico**, em especial com o Sr. Luiz Henrique Starling Lopes, TC-NS-14 - Analista de Controle Externo, Matrícula: 17920, responsável pela elaboração do Relatório Técnico Finalizado, **para esclarecimentos presenciais, extremamente importantes para o deslinde do processo.**

46- Colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos, certos de que a lisura e a regularidade do certame serão reconhecidas por este Egrégio TCE-MG.

Nestes termos, pede deferimento.

Lavras/MG para Belo Horizonte/MG, 06 de novembro de 2020.

Larianne Cristina Pereira Lima

OAB/MG 159.972

ANEXOS

- 1) Contrato assinado e aditivos;
- 2) Acórdão processo 1013095 - TCE-MG
- 3) Documentos do Contrato do Município de Bicas.